Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

$$\label{eq:cpeudabc} \begin{split} & cpe.ufabc@gmail.com \\ & Ano~II-N^o~15-21~de~agosto~de~2023 \end{split}$$

CAMPANHA SALARIAL

Não aceitar o condicionamento do reajuste salarial à aprovação do arcabouço fiscal!

Após ter se comprometido em responder à reivindicação de reposição das perdas salariais do funcionalismo relativa à Campanha Salarial de 2024 e adiar a 3ª Reunião da Mesa de Negociação (MNNP), a primeira com pauta econômica, o Governo Lula não respondeu à reivindicação e não apresentou um índice de reposição, alegando que depende da aprovação do arcabouço fiscal.

Certamente, o governo poderia projetar índices e apresentar propostas diante dos dois cenários, do teto de gastos vigente, e do novo teto, o arcabouço fiscal, assim como faz para atender os interesses dos capitalistas. Porém não o fez. Tal constatação apenas evidencia a enrolação por parte do governo. O conteúdo desta conduta está na política petista de conciliação de classes, que na prática significa impor os interesses dos capitalistas sobre o dos assalariados.

O Governo Lula permanece aplicando uma política econômica em benefício da minoria burguesa. Mantém o pagamento da monumental dívida pública, o salário mínimo de fome, a flexibilização capitalista do trabalho, através das contrarreformas previdenciária, trabalhista e lei da terceirização, e já avançou com outras medidas como o arcabouço fiscal e a reforma tributária.

As direções sindicais permanecem bloqueando as lutas para blindar o governo Lula, evitando o enfrentamento com o poder econômico e se colocando por

sustentar esse governo burguês de frente ampla. Sob o argumento absurdo de que a luta pelas reivindicações dos explorados fortalece o bolsonarismo, submetem as entidades à política governista e joga na lata do lixo as reais reivindicações dos trabalhadores. Por isso, mesmo com a maioria das entidades rejeitando o arcabouço fiscal, as direções não organizam o combate à política do governo.

O arcabouço fiscal do Governo Lula estabelece que o "reajuste" dos servidores ocorra com limite de até 2% e somente em ano que houver crescimento do PIB, o que inviabiliza a reposição das perdas salariais acumuladas. A Campanha Salarial que teve início com uma política rebaixada na qual se reivindica o parcelamento do pagamento das perdas salariais, uma adaptação às medidas de contenção de gastos públicos para dar previsibilidade ao capital financeiro, chegou a um momento decisivo no qual qualquer conquista passa pela organização de um amplo processo de enfrentamento ao Governo, ao Congresso Nacional e aos capitalistas.

Está colocada a necessidade de organizar uma oposição revolucionária ao Governo Lula. Não será se adaptando à política governista e tentando convencer os parlamentares burgueses que mudaremos a correlação de forças a nosso favor. Para conquistar nossas reivindicações devemos organizar a luta por meio das assembleias democráticas, da ação direta coletiva, da greve do funcionalismo e das mobilizações unificadas.

Reitoria da UFABC ataca o direito de greve dos TAEs

Diante do informe sobre a adesão dos Técnico-Administrativos em Educação da UFABC ao Dia Nacional de Lutas e Paralisações dos Servidores Federais no dia 10 de Agosto, a SuGePe/Reitoria comunicou a necessidade de compensação de horas para que não cortem o ponto e façam descontos nos salários. Trata-se de uma forma de atacar o direito de greve dos trabalhadores e uma forma "velada" de corte de ponto, pois na prática implica que o trabalhador cumpra sua jornada de trabalho como se a greve, nesse caso a paralisação, fosse uma atividade pessoal fora do expediente do trabalho.

Os burocratas já assumem essa posição diante de paralisações de outras categorias. Por exemplo, quando há greve dos metroviários, que prejudica a locomoção até a instituição, usam a compensação para colocar o ônus da greve sobre os trabalhadores e enfraquecer o impacto da greve dos metroviários, em vez de exigir do governo que atenda as reivindicações dos metroviários para cessar a greve. A gravidade dessa política antissindical atual está no

fato de comprometer a paralisação dos trabalhadores da própria universidade.

A decisão política da Reitoria da UFABC evidenciou que a implantação de um sistema próprio de controle frequência, em substituição a um sistema do Governo, não passou de uma falácia da Reitoria, que se mostra incapaz de expressar a autonomia universitária, ainda que formal. A política autoritária da burocracia avança em proporção direta ao imobilismo do movimento universitário. É sintomático que nos últimos anos tenha atacado o movimento estudantil, interditando os espaços das entidades, proibindo festas e arrancando cartazes nos campi, etc.; e o movimento sindical, passando a cobrar aluguel pela sede do SinTUFABC e da ADUFABC, ameaçando reduzir a liberação sindical; cobrando compensação de horas, dentre outras ações.

É preciso pôr abaixo a política da burocracia erguendo um movimento universitário aliado ao conjunto dos explorados. Abaixo a compensação das horas! Pelo fim do controle eletrônico de frequência! Em defesa da real autonomia universitária! Pelo direito irrestrito de greve!

Direção majoritária do SinTUFABC não organizou coletivamente a paralisação

A assembleia do dia 8/8 aprovou a adesão ao Dia Nacional de Lutas e Paralisações dos Servidores Federais, mas não encaminhou como concretizá-la. Diversas propostas foram feitas, inclusive divergentes, porém não houve encaminhamento com votação, o que deixou nas mãos da Coordenação Geral e, notadamente, da direção majoritária (chapa 2, "Sem medo de ser feliz") a efetivação da paralisação, que não foi organizada.

A única ação presencial na UFABC foi a doação de sangue, promovida pela própria universidade; que foi até motivo de conflito, pois diversos servidores se deslocaram somente para fazer a doação e se depararam com o fato de ter sido encerrada bem antes do horário divulgado, além de muitos não atenderem a série de requisitos à doação.

Junto a isso, houve pressão da burocracia universitária para garantir as atividades acadêmicas. O que foi denunciado por diversos servidores, inclusive as tentativas de identificar os lutadores. O controle eletrônico serviu à política antissindical.

Desastrosamente, a exigência de compensação das horas contou com o consentimento da direção sindical majoritária do sindicato (chapa 2, "sem medo de ser feliz"), que resolveu consultar os burocratas sobre a forma de registro do ponto e não rechaçar a compensação. Os governistas chegaram a orientar servidores a descrever "paralisação sindical" no sistema de ponto.

Essa foi a primeira paralisação após a pandemia, a implantação do controle eletrônico de frequência e o PGD. Portanto, refletiu um período de ausência de lutas e de adaptação à virtualidade. É preciso superar esse atraso político. Para tanto, emerge como fator de primeira necessidade a condução democrática das atividades sindicais, com a convocação regular de assembleias que possibilitem aos trabalhadores discutirem, votarem e encaminharem as ações. Que o SinTUFABC organize assembleias democráticas e regulares! Chega de submissão ao autoritarismo da burocracia universitária!

Golpe governista boicota eleição de delegados para Congresso da CSP-Conlutas

Entre 7 e 10 de setembro de 2023 ocorrerá o 5º Congresso da CSP-Conlutas, central sindical a qual o SinTUFABC é filiado desde a sua fundação. Depois de mais de um mês de pressão da minoria na direção do sindicato e das bases à convocação da assembleia de eleição de delegados para o Congresso, a Coordenação Geral do sindicato convocou a assembleia no penúltimo dia do prazo regimental.

Contudo, durante a reunião do conjunto da direção do sindicato, no dia seguinte à convocação, a majoritária propôs e votou o cancelamento da assembleia passando por cima da filiação à Central e da assembleia na qual se comprometeu a convocar a assembleia de eleição de delegados. Ou seja, um golpe político para inviabilizar a participação no congresso sem a discussão política com as bases.

Cabe ressaltar que a assembleia poderia decidir pelo não envio de delegados ao congresso. E deveria decidir também sobre o pagamento dos atrasos na contribuição do sindicato à central, pois a sindicato é dos trabalhadores, a direção majoritária não é dona do sindicato e não pode decidir sobre seu dinheiro por cima da categoria!

O cancelamento autoritário da assembleia impede a discussão e decisão democráticas pela categoria, por isso trata-se de um golpe sobre o conjunto da categoria. Não a toa ocorreu no último dia regimental à convocação de assembleias para eleição de delegados impossibilitando reverter a decisão autoritária.

Na reunião buscaram justificar com as dificuldades financeiras. Mesmo isso é um embuste! Basta lembrar que recentemente a direção majoritária: comprou uma passagem de avião mais cara do que a pedida pelo delegado da CPE eleito à Plenária Nacional da FASUBRA para boicotar sua participação no CONUNE; e que enviou um observador a mesma Plenária sem sequer ter sido aprovada na assembleia (valor que já seria o suficiente para acertar parte das dívidas com a CSP-Conlutas e viabilizar a participação dos delegados).

Ao contrário da direção majoritária do sindicato com membros do Resistência (PSOL) e PT, a Corrente Proletária não se utiliza do autoritarismo e de desculpas mentirosas. Diz claramente que a CSP-Conlutas não é um instrumento de independência de classe, o que está expresso na nossa Resolução para o 5º Congresso da Central distribuído na última assembleia do SinTUFABC. Batalhamos pela convocação da assembleia de eleição de delegados porque compreendemos a importância de fazer a luta política pela independência de classe e a obrigação da direção encaminhar as decisões da categoria, inclusive a participação nas entidades que o sindicato é filiado, como a CSP-Conlutas e a FASUBRA.

PT e PSOL votam contra assinar moção pela readmissão de operários demitidos pela Volks!

Para blindar a patronal e os burocratas encastelados na direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, integrantes da I direção majoritária do SinTUFABC, envolvendo PT e PSOL, votaram contra a proposta de incluir a assinatura do SinTUFABC na moção/abaixo-assinado pela readmissão dos metalúrgicos José Parane e Eduardo Marques, operários demitidos por justa causa pela Volks como forma de perseguição política. Para tanto, os traidores da classe mostraram discordância com a campanha expressa no boletim Nossa Classe, boletim operário do POR, e reservas em se "intrometer" na questão. Apesar disso, formou-se maioria favorável à assinatura da moção, uma vitória importante à solidariedade política com os trabalhadores perseguidos. Os governistas tentaram repetir a posição do ano passado, quando o SinTUFABC não assinou a moção contra a prisão do dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca (COD), Rodrigo Echalar Amorós, perseguido pelo governo boliviano.

Denunciamos essa atitude nefasta à luta dos trabalhadores, que é parte da política de conciliação de classe do PSOL e PT. Não podemos aceitar a perseguição aos lutadores! Solidariedade de classe! Pela imediata readmissão de José Parane e Eduardo Marques!



Milite no POR, um partido de quadros marxistaleninista-trotskista. Discuta nosso programa.

Acesse nosso site e redes sociais através do QR Code ao lado.

